



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 09/2013

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE DE INFORMÁTICA

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, entidade de fiscalização do exercício profissional contábil, criado pelo Decreto-Lei 9.295/46, com sede na Rua Baronesa do Gravataí, 471, em Porto Alegre/RS, torna público a todos os interessados, a realização do Pregão Eletrônico nº 09/2013, do tipo menor preço, para aquisição do objeto abaixo mencionado, que se regerá pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 6.204/07, Decreto nº 5.450/05, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços envolvendo suporte de informática, conforme DETALHAMENTO DO OBJETO no anexo I. Todos os custos envolvendo profissionais especializados deverão estar compreendidos na proposta.

2. DO LOCAL DO PREGÃO, DATA, HORÁRIO E INFORMAÇÕES

- a) DATA: 23/09/2013;
- b) RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 10h00min, do dia 23/09/2013;
- c) ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 10h10min, do dia 23/09/2013;
- d) INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 11h00min, do dia 23/09/2013.
- e) LOCAL DO EDITAL: Nos site: www.crcrs.org.br e www.pregaoonlinebanrisul.com.br
- f) CONSULTAS: e-mail marcio@crcrs.org.br c/c darllan@crcrs.org.br fone/fax:(51) 3254.9400, Ramal 407;
- g) Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado;
- h) Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e, considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
- i) Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF);
- j) Será comunicada, por escrito, aos Licitantes que retirarem o Edital e divulgada aos demais pelos mesmos meios de divulgação inicial, qualquer alteração que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos;
- k) Em nenhuma hipótese serão recebidas Propostas fora do prazo estabelecido neste Edital.

3. DO TIPO DE LICITAÇÃO E REGIME DE CONTRATAÇÃO

3.1 – Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO (POR LOTE)**.

4. DA PARTICIPAÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

- 4.1 – Poderá participar deste **PREGÃO** qualquer empresa legalmente estabelecida no País, do ramo pertinente ao objeto descrito no item 1 do presente, e credenciadas junto a Seção de Cadastro da CELIC e, que atendam as exigências deste Edital.
- 4.2 – Não poderá participar do presente **PREGÃO**:
- a) Consórcio de empresas, sob nenhuma forma;
 - b) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
 - c) Empresa que se encontre sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação;
 - d) Conselheiros, Delegados, empregados do Sistema CFC/CRC's e qualquer pessoa, física ou jurídica, que com eles mantenham vínculo empregatício ou de sociedade;
 - e) Cônjuges e parentes, até terceiro grau, de Conselheiros, Delegados e empregados do CRCRS;
 - f) Pessoa jurídica integrada por cônjuges e/ou parentes, até terceiro grau, de Conselheiros, Delegados e empregados do CRCRS.
- 4.3 – A participação na presente licitação implica para a empresa Licitante a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e de seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 4.4 – A licitante para participar do certame deverá declarar em campo eletrônico o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista no edital.
- 4.5 – O não atendimento do item acima ensejará a desclassificação da proposta no sistema, com automático impedimento da participação na disputa.
- 4.6 – A participação dos interessados no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e, subsequente encaminhamento da proposta de preços com valores unitários e totais, exclusivamente, por meio eletrônico.
- 4.7 – A informação de dados para acesso deve ser feita na página inicial www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
- 4.8 – No presente feito licitatório somente poderá se manifestar, em nome da Licitante, a pessoa por ela credenciada.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 5.1 – Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do **PREGÃO**.
- 5.2 – Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 5.3 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

6. CREDENCIAMENTO

- 6.1 – O credenciamento dos licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado – CELIC.
- 6.2 – O credenciamento junto ao Portal de Compras Eletrônicas implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 6.3 – O credenciamento e sua manutenção no respectivo cadastro dependerá de registro cadastral na CELIC.
- 6.4 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou, por seu representante, não cabendo à PROCERGS ou ao CRCRS responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.5 – A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicados imediatamente à Seção de Cadastro CELIC, para imediato bloqueio de acesso.

7. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

<u>Se Possui</u> CERTIFICADO de Registro Cadastral – CRC, emitido pela CELIC	<u>Se Não possui</u> CERTIFICADO de Registro Cadastral – CRC, emitido pela CELIC
CERTIFICADO de Registro Cadastral – CRC, emitido pela CELIC válido na data para apresentação das propostas. Caso algum dos documentos elencados no corpo do CRC esteja com prazo de validade expirado, o licitante deverá apresentar documento válido juntamente com o CRC.	Certidão Comprovando regularidade para com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Dívida Ativa);
	Certidão comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
	Certidão comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
	Certidão comprovando a regularidade para com o FGTS;
	Certidão comprovando a regularidade para com o INSS;
	CNPJ;
DECLARAÇÃO da proponente de que não pesa contra si declaração de INIDONEIDADE expedida por órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer esfera (conforme modelo ANEXO II), caso não conste no Certificado de Registro Cadastral;	



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

<p>Certidão da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) ou Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo no ANEXO III, caso não conste no Certificado de Registro Cadastral;</p>
<p>Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, ou alteração consolidada, quando sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhadas de posse e nomeação de seus administradores. Registro comercial, no caso de empresa individual;</p>
<p>Prova de Alvará de Localização e Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal, da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica;</p>
<p>Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;</p>
<p>Fornecimento de no mínimo 2 (dois) Atestado/Declaração que comprove aptidão para o fornecimento pertinente e compatível com o objeto do pregão (mínimo de 150 estações e 20 servidores), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;</p>
<p>Indicação das instalações do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto deste certame;</p>
<p>Fornecimento do MCP ID e senha para acesso ao “TRANSCRIPT SHARING” da Microsoft, para confirmar que a empresa possui no mínimo três profissionais certificados em ambiente Microsoft, sendo um deles com a certificação MCSE e os outros com certificação mínima MCTS;</p>
<p>Fornecimento de cópia de certificado e LPI ID, para confirmação no site da LPI.ORG de que a empresa possui no mínimo dois profissionais certificados em ambiente Linux na certificação LPIC-1 e Novell Certified Linux Administrator, sendo pelo menos um deles com certificação LPIC-3;</p>
<p>Os profissionais que comprovarem certificações exigidas no item 7 devem ser sócios ou funcionários com no mínimo 1 (um) ano de contratação, comprovados através de original ou cópia autenticada da carteira de trabalho ou contrato social;</p>
<p>A empresa contratada deverá comprovar (cópias autenticadas do certificado de conclusão/diploma e CTPS/contrato de trabalho) que possui em seu quadro permanente, no mínimo 1 (um) profissional com nível médio ou superior na área de Eletrônica ou Eletricidade ou Redes de Dados, com registro válido no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA para certificar a viabilidade técnica de novos projetos, ampliação e ou alteração da estrutura atual de cabeamento e topologia de rede do CRCRS;</p>
<p>A empresa contratada deverá comprovar que possui em seu quadro permanente, no mínimo 1 (um) profissional com formação superior na área de Informática;</p>
<p>A empresa deverá comprovar possuir certificação mínima de “BackupAssist Authorized Gold</p>



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

Reseller” ou superior, através de confirmação do site ou do fabricante, com acesso ao CMC (Centralized Monitoring Console) para gerenciamento remoto dos backups remotamente;

A empresa deverá comprovar possuir certificação mínima de “Microsoft Silver Partner” ou superior, através de confirmação no site de parceiros da Microsoft;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;

Certidão Negativa de Falência e Concordata;

Em caso de ser a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte e quiser utilizar-se dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06, regulamentada pelo Decreto n.: 6.204/07, **Declaração**, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, conforme o ANEXO V do presente Edital;

A empresa deverá comprovar possuir sede ou escritório em Porto Alegre/RS ou região metropolitana de Porto Alegre/RS.

Obs.: Os documentos que não possuírem prazo de validade somente serão aceitos com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para a apresentação das propostas.

8. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

- 8.1 – A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
- 8.2 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.3 – A proponente deverá anexar a **PROPOSTA COMERCIAL** em formulário eletrônico específico.
- 8.4 – O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas no edital.
- 8.5 – A partir das **10 horas do dia 11 de setembro de 2013**, poderão ser encaminhadas as propostas de preços com valor total e unitário, exclusivamente por meio eletrônico.
- 8.6 – Manifestação em campo próprio do sistema eletrônico de que tem pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.
- 8.7 – Informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.pregaoonlinebanrisul.com.br.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

- 8.8 – A **PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS** deverá conter todos os elementos a seguir relacionados, para o item ofertado, devendo a mesma ser elaborada de forma clara, concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, constando na mesma a identificação da proponente, a assinatura de seu responsável legal e, no mínimo, as seguintes informações:
- a) Os preços propostos (conforme ANEXO I – TABELA DE FORMAÇÃO DE PREÇO), expressos em Real (R\$), em algarismo e por extenso, unitário e total;
 - b) O valor mensal será de no mínimo 30 horas fixas, sendo que horas excedentes deverão ser cobradas como “hora adicional”, cujo valor deverá ser o mesmo da “hora fixa” (conforme ANEXO I – TABELA DE FORMAÇÃO DE PREÇO);
 - c) Declaração expressa de que o preço cotado inclui todos os custos e despesas inerentes ao fornecimento e entrega dos produtos no local definido neste Edital, tais como: taxas, fretes, impostos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, que possam influir direta ou indiretamente no fornecimento.
 - d) Identificação da empresa, com endereço, telefone, e-mail e, nome do contato entre a licitante e o CRCRS.
 - e) A data de início dos serviços será dia 1º/10/2013.
- 8.9 – **Não é permitido apresentar cotação em quantitativo inferior ao estabelecido no Edital, ou apenas parte do lote.**
- 8.10 – Os preços não sofrerão reajuste de qualquer natureza nos 12 (doze) primeiros meses. Por ocasião da prorrogação, poderá ser atualizado pelos índices oficiais de inflação.
- 8.11 – Apenas para efeito de ordenamento de valores das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.
- 8.12 – O preço inicial proposto será de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.13 – O prazo de validade das propostas apresentadas nesta licitação será, automaticamente, de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura das propostas, o qual, se necessário, poderá ser prorrogado mediante concordância dos Licitantes.
- 8.14 – As Licitantes poderão incluir nas respectivas propostas informações adicionais, catálogos ou quaisquer outros elementos elucidativos sobre as mesmas.

9. DA SESSÃO DO PREGÃO

- 9.1 – A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital.
- 9.2 – Somente poderá participar da rodada de lances a licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

- 9.3 – Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor. Em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.4 – O valor do percentual de oscilação entre os lances ofertados será prerrogativa do pregoeiro.
- 9.5 – Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 9.6 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.7 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 9.8 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.9 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 9.10 – **Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá remeter via e-mail: marcio@crcls.org.br, em até 2 (duas) horas, os documentos citados no item 7 juntamente com o detalhamento de sua proposta. Posteriormente deverão ser encaminhados os originais (ou cópias autenticadas) dos documentos acima no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da sessão do pregão.**
- 9.11 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Também nesta etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço.
- 9.12 – Constando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 9.13 – A proposta deverá estar assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas e incluirá:
- Orçamento discriminado em preços unitários expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado devidamente corrigidos após o encerramento dos lances;
 - Prazo mínimo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão do pregão; se na proposta não constar prazo de validade, subentende-se 60 (sessenta) dias;



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

- c. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;
 - d. A proposta deverá considerar a entrega no local indicado.
- 9.14 – No caso de desconexão com pregoeiro, no decorrer da etapa competitivas do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.
- 9.15 – No caso de desconexão por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão do pregão será suspensão, sendo reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes.
- 9.16 – As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP deverão declarar na proposta eletrônica, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, que estão enquadradas nessa(s) categoria(s), sem prejuízo da Declaração de que trata o item 7.6.
- 9.17 – A declaração de enquadramento, supracitada, pode ser alterada pela própria empresa durante o prazo pré-definido para recebimento de propostas através de substituição de sua proposta inicial.
- 9.18 – A ausência dessa declaração no momento da proposta eletrônica significará a desistência da Microempresa – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 44. e do Decreto nº 6.204/2007.
- 9.19 – Será assegurada como critério de desempate preferência de contratação para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 regulamentada pelo Decreto nº 6.204/2007, e que tenham declarado que se enquadram nessa categoria conforme item 9.17.
- 9.20 – Entende-se por empate quando as propostas apresentadas pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 9.21 – Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.
- 9.22– O sistema de Compras Eletrônicas informará às empresas que enquadrarem nos itens 9.16 e 9.19.
- 9.23 – Ocorrendo o empate, a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame. A proposta deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) minutos a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de preclusão.
- 9.24 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.20, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

- 9.25 – Não ocorrendo à contratação da Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme o item 9.23, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 9.20, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.26 – Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos itens 9.23 e 9.25, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, ou seja, da empresa que não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a melhor proposta.

10. DOS RECURSOS

- 10.1 – Dos atos relacionados com o pregão o recurso dependerá de manifestação do licitante ao final da sessão pública, dentro do prazo determinado pelo pregoeiro, em formulário eletrônico específico, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais relacionados à intenção manifestada no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a ser contados ao término daquele prazo.
- 10.2 – O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.3 – A falta de manifestação motivada e imediata importará a preclusão do direito de recurso.
- 10.4 – Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública.
- 10.5 – Os recursos e contrarrazões de recursos, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e registrados no Protocolo Geral do CRCRS localizado na rua Baronesa do Gravataí, 471, em Porto Alegre/RS, de 2.^a a 6.^a feira, das 8h30min às 17h30min.
- 10.6 – O recurso somente terá eficácia se o Representante Legal da Recorrente tiver formalizado sua intenção de recorrer na audiência de abertura deste Pregão.
- 10.7 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.
- 10.8 – A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital não será conhecido.

11. DA ADJUDICAÇÃO

- 11.1 – Após a análise da documentação de habilitação recebida na sede do CRCRS, será efetuada a adjudicação do lote em questão.
- 11.2 – Em caso de não adjudicação, constará a justificativa da mesma no Sistema de Compras On-line do Barrisul, além de citado na ata eletrônica.

12. DA ENTREGA



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL **ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL**

12.1 - Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será notificada para assinatura do contrato (ANEXO IV), no prazo de até 2 (dois) dias úteis e, a partir dessa assinatura correrá o prazo estipulado no item 8.8, letra “e” para a prestação do serviço, conforme as especificações constantes do Anexo I, deste Edital.

12.2 - Os serviços objeto da presente licitação deverão ser realizados na sede do CRCRS, à Rua Baronesa do Gravataí, 471 – em Porto Alegre/RS.

13. DO PAGAMENTO

13.1 – O pagamento será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, efetuadas as devidas retenções de IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP, acompanhada da planilha de horas efetivamente trabalhadas, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

13.2 - No preço contratado deverão estar incluídos todos os custos, inclusive os pertinentes aos encargos sociais e trabalhistas, os fretes, os seguros, as taxas e/ou tarifas, os tributos de quaisquer natureza, Federal, Estadual e Municipal e, ainda, as demais despesas que direta e indiretamente incidem ou venham a incidir.

13.3 - Caberá à CONTRATADA destacar na nota fiscal as referidas retenções, em conformidade com a legislação em vigor, em especial a instrução normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15.12.2004.

13.4 - Recaindo o vencimento em dia no qual não haja expediente bancário, considera-se automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

14. DOS RECURSOS FINANCEIROS

14.1 – Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente licitação, correrão por conta dos elementos da despesa Serviços de Terceiros e Encargos.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 – As Licitantes estarão sujeitas às penalidades administrativas consignadas na Lei 8.666/93 e, na minuta do contrato – Anexo V.

15.2 - A recusa injustificada da Licitante em assinar o contrato, nos termos de sua proposta, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a, além das penalidades previstas na Lei 8.666/93, à multa de 10% (dez por cento) do valor total da proposta.

15.3 - Sem prejuízo das penalidades supramencionadas, o Pregoeiro poderá desqualificar a Licitante ou desclassificar a proposta comercial, bem assim o CRCRS rescindir o Contrato, sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da Licitante.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

15.4 - O Pregoeiro poderá reconsiderar a punição aplicada, ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Todos os eventos ocorridos durante a sessão pública de disputa serão registrados e publicados, em ata eletrônica, imediatamente após o término da disputa, tornando-se disponível ao acesso por qualquer cidadão.

16.1.1 – A ata poderá ser acessada pela pesquisa de licitações disponibilizada para o público em geral no Portal de Compras, como também pela pesquisa na área de acesso restrito. Ambas publicam o mesmo conteúdo.

16.1.2 – Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.

16.2 – A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS e da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, bem como representa o conhecimento integral do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

16.2.1 – No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

16.3 – O CRCRS reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA DE PREÇOS.

16.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à Licitante a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da PROPOSTA DE PREÇOS ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

16.5 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da audiência pública do PREGÃO. As normas que disciplinam este PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.6 – Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos, poderão ser solicitados por qualquer pessoa até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Os esclarecimentos deverão ser feitos, por meio de correspondência dirigida ao Pregoeiro desta Instituição, localizado na Rua Baronesa do Gravataí, 471, 3º andar – Porto Alegre/RS, no horário das 8h30min às 12h e das 13h às 17h30, de 2ª a 6ª feira. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no CRCRS e nos sites: www.crcrs.org.br e www.pregaoonlinebanrisul.com.br, ficando os licitantes obrigados à acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

16.7 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

- 16.8 – A(s) adjudicada(s) ficará(ão) obrigada(s) a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do CRCRS, respeitando-se os limites previstos em Lei.
- 16.9 – Para efeitos deste edital, serão desclassificadas as propostas que:
- a) apresentarem irregularidades ou vícios que dificultem ou impossibilitem o seu entendimento;
 - b) não atenderem às disposições do edital ou consignarem vantagens ou condições nele não previstas;
 - c) forem manifestamente inexequíveis.
- 16.11 – Fica eleito o foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir eventuais litígios oriundos da presente licitação, com renúncia de qualquer outro, ainda que mais privilegiado.
- 16.12 – O CRCRS reserva-se o direito de aceitar total ou parcialmente quaisquer propostas, ou a todas rejeitar sem que caiba a proponente qualquer direito à indenização ou ressarcimento.
- 16.13 – Da mesma forma, o CRCRS reserva-se o direito de contratar total ou parcialmente os itens solicitados, sem que caiba a proponente qualquer direito à indenização ou ressarcimento.

17. ANEXOS

Fazem parte integrante do presente Edital os seguintes Anexos:

- ANEXO I: Quantidade e Descrição da Publicação.
- ANEXO II: Declaração de INIDONEIDADE.
- ANEXO III: Declaração que cumpre o inciso XXXIII, do art. 7º, da C.F.
- ANEXO IV: Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
- ANEXO V: Minuta do Contrato.

Porto Alegre, 09 de setembro de 2013.

MARCIO TOMM CISCO,
Pregoeiro.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 09/2013

ANEXO I

LOTE 01

DAS CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE OPERACIONAL:

- 1 As principais características do ambiente operacional do CRC-RS são as seguintes:
- 2 Sistemas operacionais dos computadores servidores:
- 3 Microsoft Windows 2003, 2008, 2012 e Hyper-v 2012.
- 4 Linux Debian, CentOS e ClearOS
- 5 Sistema operacional das estações de trabalho: Microsoft Windows XP, Vista, 7, 8 e Linux Ubuntu.
- 6 Sistemas gerenciadores de banco de dados:
- 7 Microsoft SQL Server Express 2012, Enterprise 2000 e 2008.
- 8 MySql em plataforma Linux e Windows.
- 9 PervasiveSQL
- 10 CDS/ISIS
- 11 Outros serviços e softwares a serem suportados:
- 12 Apache
- 13 PHP
- 14 Tomcat
- 15 Servidor de e-mail: Postfix
- 16 Webmail Horde
- 17 MailScanner e MailWatch;
- 18 Proxy Squid com LDAP integrado ao AD.
- 19 Serviços de Relatório de Navegação com Sarg
- 20 Bloqueio dinâmico de sites baseado em endereço.
- 21 OpenSSH
- 22 Webmin
- 23 GLPI
- 24 OCSNGReport
- 25 Firewall com Iptables;
- 26 Kaspersky antivirus;
- 27 Antivírus ClamAv;
- 28 Active Directory
- 29 DNS
- 30 DHCP
- 31 DFS
- 32 Serviço de Certificados
- 33 IIS 6 e 7
- 34 Sharepoint Services
- 35 Serviço de backup em fita com o Symantec Backup Exec
- 36 Serviço de backup com a ferramenta Backupassist com monitoramento on-line das rotinas de backup.
- 37 Serviço de backup com ferramentas nativas dos ambientes Windows Server, Linux



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

LOTE 01

- e Hyper-V.
- 38 Serviços de backup do Windows Azure Backup hospedado na Microsoft.
 - 39 Estruturas de backup em LTO, HD externo e Storage
 - 40 Servidores de arquivo e impressão
 - 41 Serviço de Mailing em servidor Linux ClearOS
 - 42 VPN Server em Linux e Windows
 - 43 Servidores Linux e Windows Virtuais no Hyper-V 2012
 - 44 Replicação de máquinas virtuais no Hyper-V
 - 45 Gerenciamento de 3 links de Internet no que tange monitoramento de tráfego, alocação de endereços IP e utilização de banda.
 - 46 Monitoramento gráfico de Rede utilizando MRTG (Multi Router Traffic Grapher).
 - 47 Monitoramento de tráfego de Rede com NTOP.
 - 48 Rede Wireless com bridge entre prédios
 - 49 Rede Wireless interna e para visitantes
 - 50 Switches gerenciáveis D-Link, Micronet, 3COM e Cisco
 - 51 Suporte a infraestrutura básica de operação em rede e via web do sistema ERP Spider incluindo os componentes de software necessários para a comunicação entre servidor de banco de dados, servidor de aplicação e servidor Web bem como análise de tempo de resposta de aplicação e backup.
 - 52 Instalação e configuração de novas aplicações que se façam necessárias em ambiente Windows e Linux.
 - 53 Análise e auditoria de logs dos servidores e ativos de rede.
 - 54 Integração de ambiente Windows e Linux.
 - 55 Serviço de Análise de Rede com Sniffers (WireShark, Nessus, Hydra, Ethercap e Snort, IPTraf e TCPDump).
 - 56 Suporte a computadores destinados a edição de áudio e vídeo (ilha de edição)
 - 57 Servidor de câmeras de monitoramento
 - 58 Documentação da rede com diagramas e procedimentos operacionais.
 - 59 Interação com os demais fornecedores de serviços do CRC-RS que necessitem de apoio para utilização da infraestrutura do conselho para desempenhar suas atividades.

DO ATENDIMENTO:

Atendimento em até 2hs em regime de 24x7.

SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

- 1 Manter o sistema operacional de todos os servidores atualizados, aplicando os devidos patches de correção e segurança necessários para manter o funcionamento adequado e a segurança dos mesmos.
- 2 Monitoramento dos servidores
- 3 Monitoramento on-line dos servidores e serviços principais através de agente;
- 4 O software, hardware e demais recursos da solução de monitoramento devem ser fornecidos sem cobrança adicional;
- 5 O sistema deve fornecer alertas por e-mail e console Web para acompanhamento dos status.
- 6 Monitorar o uso dos servidores no que tange o espaço em disco, uso de memória, processador, serviços, processos e para garantir a melhor utilização do hardware, evitar



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

LOTE 01

- paradas desnecessárias e planejar os investimentos futuros.
- 7 Os dados resultantes deste monitoramento deverão integrar uma base centralizada utilizando a solução com acesso 24x7 via Web para o setor de TI do CRC-RS, emissão de alertas via e-mail e console Web que permitam a geração de relatórios e a tomada de ações de planejamento e correções necessárias.
 - 8 Fornecer backup off-site através do Windows Azure Backup em datacenter da Microsoft com o espaço de 500GB de armazenamento. Todos os custos envolvidos para armazenamento dos backups serão do fornecedor.
 - 9 Monitorar e corrigir falhas de segurança decorrentes de uso inadequado dos servidores ou recursos de rede.
 - 10 Prestar consultoria para a equipe da TI referente a toda a estrutura de rede e servidores para desenvolvimento de novas soluções, estudos de viabilidade e melhor utilização dos recursos de rede.
 - 11 Gerenciar o tráfego de rede e a configuração de ativos no sentido de garantir a performance adequada da rede local.
 - 12 Gerenciar VLANs e segmentação da rede local.
 - 13 Documentar os procedimentos internos de suporte e alterações nos servidores bem como configuração de serviços de forma a permitir o acesso facilitado às informações por parte da equipe da TI.
 - 14 Fornecer diagramas da rede mostrando operação e interligação de equipamentos, serviços e outros itens relevantes ao funcionamento do ambiente.
 - 15 Criar as rotinas de backup sejam estas manuais ou automatizadas, dos servidores físicos ou virtualizados, respeitando os horários normais ou extraordinários em que essas rotinas precisem ser realizadas de forma a não interromper serviços críticos em horários de maior utilização. Os dados contemplados nessas rotinas serão aqueles armazenados tão somente nos servidores e que sejam indispensáveis ao funcionamento do CRC-RS.
 - 16 Consultoria para novos projetos para o atendimento de demandas futuras, otimização do uso de recursos e inovação tecnológica.
 - 17 Treinamento para a equipe de TI para o desenvolvimento de melhores práticas na utilização de recursos da rede e em assuntos relacionados à rede do CRCRS.

TABELA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

Valor por 30 horas fixas / mês	Valor da hora fixa	Valor por hora excedente
R\$	R\$	R\$

Obs. O valor por hora excedente deverá ser o mesmo valor por hora fixa.

A DISPUTA SERÁ PELO VALOR MENSAL DE 30 HORAS.

Declaramos para os devidos fins e sobre as penalidades de lei, que o preço cotado na presente proposta atende as especificações e características previstas no Edital Pregão Eletrônico nº 09/2013 e seus anexos, incluindo todas as despesas com custo, seguro e frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, ou de qualquer natureza, incidentes para o cumprimento do objeto da licitação e para a entrega no local e prazo definidos.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

LOTE 01

EMPRESA:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
E-MAIL:

Local e Data
Nome e assinatura do representante legal



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 09/2013

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente) _____, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo CRCRS, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2013, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Porto Alegre, _____, de _____ 2013.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 09/2013

ANEXO III

DECLARAÇÃO QUE CUMPRE O INCISO XXXIII do art. 7º da CF.

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente) _____, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo CRCRS, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2013, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Porto Alegre, _____, de _____ 2013.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticada)



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 09/2013

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por seu representante legal, o Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, sob as penas da lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é “microempresa ou empresa de pequeno porte”, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204/07, que conhece na íntegra, e está, portanto, apta a obter o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado no Pregão Eletrônico nº 09/2013, realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRCRS.

Local e data.

Assinatura, nome e RG do representante legal da empresa.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 09/2013

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - CRCRS**, entidade de fiscalização do exercício profissional contábil, com sede nesta Capital, na Rua Baronesa do Gravataí, 471, inscrito no CNPJ sob o n. 92.698.471/0001-33, neste ato representado por seu Presidente, Contador Zulmir Ivânio Breda, abaixo assinado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, _____, inscrita no CNPJ sob n.: 00.000.000/0000-00, com sede na Cidade de _____, na Rua _____, nº _____, neste ato representada por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato que decorre e tem seu fundamento no processo administrativo CRCRS n. 117-13 e, se rege pelo disposto na Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto 5.450/05, no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico n.: 09/2013, na proposta apresentada e, nos demais elementos do referido processo de licitação, os quais consideram-se parte integrante e complementar do presente contrato, bem como nas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços envolvendo suporte de informática, conforme o Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:

2.1 - Os serviços objeto do presente contrato, em conformidade com as especificações contidas no Anexo I do Edital, serão prestados mensalmente na sede do CONTRATANTE, na Rua Baronesa do Gravataí, 471 – em Porto Alegre/RS, a partir do dia 01/10/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 – O valor do presente ajuste é de R\$ (), por 30 (trinta) horas fixas de serviços prestados e R\$ () por hora excedente, a ser pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme proposta apresentada por essa e aceita por aquele, como justa e suficiente para integral execução do objeto.

3.2 - No valor fixado já estão inclusos todos os custos e despesas inerente à prestação dos serviços, tais como: taxas, fretes, impostos, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, que possam influir direta ou indiretamente.

3.3 - O valor não sofrerá reajuste de qualquer natureza nos primeiros 12(doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DA PAGAMENTO:

4.1 - O pagamento será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante a entrega da respectiva nota fiscal expedida pela CONTRATADA, efetuadas as



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

devidas retenções de IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, INSS e ISS, acompanhada da planilha de horas efetivamente trabalhadas, com antecedência mínima de 03(três) dias úteis.

4.2 - Caberá à CONTRATADA destacar na nota fiscal as referidas retenções, em conformidade com a legislação em vigor, em especial a instrução normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15.12.2004.

4.3 - Recaindo o vencimento em dia no qual não haja expediente bancário, considera-se automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA:

5.1 – A garantia dos serviços deverá ser integral durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1 - O CONTRATANTE tem o direito de receber o objeto do presente contrato nas condições avençadas, possuindo, de outro lado, as seguintes obrigações:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 - A CONTRATADA tem o direito de receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados, possuindo as seguintes obrigações, além de outras especificadas neste contrato:

- a) prestar os serviços de acordo com as especificações contidas no edital de licitação;
- b) responsabilizar-se pela exatidão da prestação de serviços, obrigando-se a atender, exclusivamente e às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades ocorridas;
- c) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, sociais e trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato;
- e) manter atualizado o endereço cadastrado junto ao CONTRATANTE para comunicações, informando imediatamente eventual alteração;
- f) executar pessoalmente o fornecimento que é objeto do presente contrato em todas as suas etapas, salvo autorização expressa em contrário;
- g) outras que forem exigidas para o fiel cumprimento do contrato.

CLÁUSULA OITVA – DAS PENALIDADES:

8.1) Ressalvadas as situações de caso fortuito e de força maior regularmente alegadas e provadas, a CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

8.2) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades para as quais haja concorrido, que não caracterizem descumprimento de cláusula contratual;

8.3) multas:



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

a) calculadas sobre o valor total atualizado do contrato:

a.1) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na prestação do objeto do presente contrato, mesmo em caso de não aceitação pelo CONTRATANTE, até o limite máximo de 20% (vinte por cento).

a.2) 10% pela prestação irregular, bem como, pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente que não importe inexecução do objeto do contrato;

a.3) 20% em caso de inexecução do objeto do contrato.

b) em caso de cumprimento parcial do contrato, com prestação de parte do objeto contratado, multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor da parcela não adimplida do objeto contratual;

8.4) suspensão do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

8.5) declaração, pelo Presidente do CONTRATANTE, da inidoneidade da CONTRATADA para licitar ou contratar com o CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro. A aplicação de uma das penalidades previstas nesta Cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo haver aplicação concomitante.

Parágrafo segundo. A aplicação de penalidade não será efetuada sem notificação prévia da CONTRATADA, encaminhada ao endereço constante no preâmbulo do presente instrumento na falta de informação de alteração do mesmo, cabendo à CONTRATADA mantê-lo atualizado.

Parágrafo terceiro. O valor da(s) multa(s) será descontado de eventuais pagamentos devidos à CONTRATADA, ou, cobrado diretamente, caso inexistam valores a serem pagos ou o valor da multa seja superior a estes.

Parágrafo quarto. Em cada caso de reincidência, as multas poderão ser majoradas até o limite de 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao CONTRATANTE e da possibilidade da rescisão contratual.

Parágrafo quinto. A penalidade prevista no item 8.4 poderá ser aplicada à CONTRATADA que demonstrar conduta evitada de má-fé, ou, de qualquer forma incompatível com a seriedade do procedimento, como tais consideradas o retardamento injustificado do cumprimento do objeto do presente contrato, a recusa injustificada de assinatura do presente contrato, a não manutenção da proposta de modo injustificado, a perda das condições de habilitação não informada imediatamente ao CONTRATANTE, o cometimento de fraudes e o comportamento inidôneo.

Parágrafo sexto. A penalidade prevista no item 8.5 será aplicável à CONTRATADA em caso de reiteração de condutas previstas no parágrafo anterior, ainda que não tenha sido aplicada a penalidade prevista no item 8.4, bem como, no de comprovado envolvimento em ilícitos penais ou fiscais.

CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO:



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ENTIDADE DE REGISTRO E DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

9.1 - O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

- a) por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- b) por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE.
- c) judicialmente, nos termos legais.

Parágrafo primeiro. Independentemente da aplicação das penalidades previstas no presente contrato, nos casos de rescisão em virtude de inadimplemento contratual, a parte inadimplente ressarcirá à outra por todos os prejuízos decorrentes da rescisão.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA:

10.1 – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 01/10/2013, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, mediante termo aditivo.

10.2 - A critério do **CONTRATANTE**, por ocasião da prorrogação, o presente contrato poderá ser atualizado pelos índices oficiais de inflação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

11.1 – Os recursos financeiros para pagamento do objeto do presente contrato, correrão por conta do Elemento da Despesa Serviços de Terceiros e Encargos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 – Fica eleita a Justiça Federal, Subseção Judiciária de Porto Alegre, como foro para dirimir eventuais litígios oriundos do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Porto Alegre,

CRCRS

CONTRATADA

Testemunhas: